

SIMULADO GRATUITO **TJ-PE**

TÉCNICO JUDICIÁRIO
FUNÇÃO JUDICIÁRIA



Estratégia
CONCURSOS

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Você recebeu este PDF contendo sua folha de respostas e 50 questões objetivas com cinco alternativas. As questões da prova de Conhecimentos Gerais valerão 0,75 pontos por questão; já as de Conhecimentos Específicos valerão 1,25 pontos por questão.
- II. Resolva a prova entre 8h30 e 12h30. A duração da prova, portanto, é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas. Após resolver o simulado, visite o site do Estratégia ou abra sua caixa de email, para acessar o link do preenchimento do cartão-respostas eletronicamente, até às 13h30.
- III. Se você pular ou deixar de resolver algumas questões, não precisa preenchê-las no cartão-respostas.
- IV. Assim que você terminar de preencher o cartão-resposta eletrônico, o sistema vai mostrar a sua nota.
- V. O ranking será divulgado no mesmo dia a partir de 18h, no site do Estratégia Concursos.

Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico www.estrategiaconcursos.com.br, no mesmo dia da aplicação, a partir das 14h (quatorze horas).

Boa prova!

Participando do simulado e preenchendo o formulário de respostas, sua pontuação integrará todos os rankings automaticamente. Desta forma, se você ainda não conseguiu estudar todo o edital do TJ-PE, você pode verificar como está seu rendimento no ranking.

DESTAQUE AQUI

NOME:

ASSINATURA DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Conhecimentos Gerais**Português**
Prof. Rafaela Freitas**Texto I****Contrato de casamento**

Na semana passada comemorei trinta anos de casamento. Recebemos dezenas de congratulações de nossos amigos, alguns com o seguinte adendo assustador: "Coisa rara hoje em dia". De fato, 40% de meus amigos de infância já se separaram, e o filme ainda nem terminou.

Pelo jeito, estamos nos esquecendo da essência do contrato de casamento, que é a promessa de amar o outro para sempre. Muitos casais no altar acreditam que estão prometendo amar um ao outro enquanto o casamento durar. Mas isso não é um contrato. Recentemente, vi um filme em que o mocinho terminava o namoro dizendo "vou sempre amar você", como se fosse um prêmio de consolação.

Banalizamos a frase mais importante do casamento. Hoje, promete-se amar o cônjuge até o dia em que alguém mais interessante apareça. "Eu amarei você para sempre" deixou de ser uma promessa social e passou a ser simplesmente uma frase dita para enganar o outro. Contratos, inclusive os de casamento, são realizados justamente porque o futuro é incerto e imprevisível. Antigamente, os casamentos eram feitos aos 20 anos de idade, depois de uns três anos de namoro. A chance de você encontrar sua alma gêmea nesse curto período de pesquisa era de somente 10%, enquanto 90% das mulheres e homens de sua vida você iria conhecer provavelmente já depois de casado. Estatisticamente, o homem ou a mulher "ideal" para você aparecerá somente, de fato, depois do casamento, não antes. Isso significa que provavelmente seu "verdadeiro amor" estará no grupo que você ainda não conhece, e não no grupinho de cerca de noventa amigos da adolescência, do qual saiu seu par.

E aí, o que fazer? Pedir divórcio, separar-se também dos filhos, só porque deu azar? O contrato de casamento foi feito para resolver justamente esse problema. Nunca temos na vida todas as informações necessárias para tomar as decisões corretas. As promessas e os contratos preenchem essa lacuna, preenchem essa incerteza, sem a qual ficaríamos todos paralisados à espera de mais informação.

Quando você promete amar alguém para sempre, está prometendo o seguinte: "Eu sei que nós dois somos jovens e que vamos viver até os 80 anos de idade. Sei que fatalmente encontrarei centenas de mulheres mais bonitas e mais inteligentes que você ao longo de minha vida e que você encontrará dezenas de homens mais bonitos e mais inteligentes que eu. É justamente por isso que prometo amar você para sempre e abrir mão desde já dessas dezenas de oportunidades conjugais que surgirão em meu futuro. Não quero ficar morrendo de ciúme cada vez que você conversar com um homem sensual nem ficar preocupado com o futuro de nosso relacionamento. Nem você vai querer ficar preocupada cada vez que eu conversar com uma mulher provocante. Prometo amar você para sempre, para que possamos nos casar e viver em harmonia".

Homens e mulheres que conheceram alguém "melhor" e acham agora que cometeram enorme erro quando se casaram com o atual cônjuge esqueceram a premissa básica e o espírito do contrato de casamento. O objetivo do casamento não é escolher o melhor par possível mundo afora, mas construir o melhor relacionamento possível com quem você prometeu amar para sempre. Um dia vocês terão filhos e ao colocá-los na cama dirão a mesma frase: que irão amá-los para sempre. Não conheço pais que pensam em trocar os filhos pelos filhos mais comportados do vizinho. Não conheço filho que aceite, de início, a separação dos pais e, quando estes se separam, não sonhe com a reconciliação da família. Nem conheço filho que queira trocar os pais por outros "melhores". Eles aprendem a conviver com os pais que têm.

Casamento é o compromisso de aprender a resolver as brigas e as rugas do dia-a-dia de forma construtiva, o que muitos casais não aprendem, e alguns nem tentam aprender. Obviamente, se sua esposa se transformou numa megera ou seu marido num monstro, ou se fizeram propaganda enganosa, a situação muda, e num próximo artigo falarei sobre esse assunto. Para aqueles que querem ter vantagem em tudo na vida, talvez a saída seja postergar o casamento até os 80 anos. Aí, você terá certeza de tudo.

Disponível em: <http://blog.kanitz.com.br/contrato-casamento/>

1. O texto é um artigo de opinião no qual Stephan Kanitz defende seu posicionamento com relação ao tema. Pode ser entendida como a tese do autor o que se encontra na alternativa:

a) como os casamentos antigamente eram feitos aos 20 anos, a chance do amor de nossas vidas ficar perdido era grande.

b) a promessa de amar o outro até que apareça alguém melhor e, então, pedir o divórcio é a realidade dos jovens atuais.

c) o casamento não é um compromisso judicial, é possível abrir mão dele sem maiores problemas.

d) estamos nos esquecendo da essência do que é um contrato de casamento: amar um ao outro para sempre, não enquanto o casamento durar ou até aparecer alguém melhor, mais atraente.

e) cada um deve avaliar a sua situação. Casos de "megerice" ou de "mostruosidades" devem ser avaliados individualmente.

2. De acordo com as ideias do texto I, avalie as alternativas a seguir:

I. Segundo dados estatísticos, a chance de alguém encontrar a sua alma gêmea até os vinte anos é de apenas 10%.

II. O mais honesto seria não prometer, na hora do casamento, que amará o cônjuge para sempre.

III. O casamento é visto como o compromisso de aprender a resolver construtivamente as brigas e as rugas do dia-a-dia.

Está(ão) correta(s):

a) apenas a III.

b) apenas a I.

c) apenas I e III.

d) apenas I e II.

e) todas das afirmativas.

3. A forma pela qual as palavras e expressões se relacionam no texto é que determina a construção de sentido. Sendo assim, a expressão destacada em "Não quero ficar morrendo de ciúme cada vez que você conversar com um homem sensual" expressa relação de:

a) condicionalidade.

b) temporalidade.

c) causalidade.

d) alternância.

e) proporcionalidade.

4. Analise as afirmativas quanto aos aspectos gramaticais:

I. No trecho "De fato, 40% de meus amigos de infância já se separaram, e o filme ainda nem terminou.", há um erro de uso da vírgula antes da conjunção "e".

II. Sem que haja inadequação gramatical, o trecho "Pelo jeito, estamos nos esquecendo da essência do contrato de casamento..." poderia ser reescrito da seguinte maneira: Pelo jeito, estamos esquecendo a essência do contrato de casamento...

Está(ão) correta(s):

a) apenas a II.

b) apenas a I.

c) apenas I e II.

d) nenhuma das afirmativas.

e) as duas afirmativas.

5. Releia o trecho:

"Homens e mulheres que conheceram alguém "melhor" e acham agora que cometeram enorme erro quando se casaram com o atual cônjuge esqueceram a premissa básica e o espírito do contrato de casamento. O objetivo do casamento não é escolher o melhor par possível mundo afora, mas construir o melhor relacionamento possível com quem você prometeu amar para sempre. Um dia vocês terão filhos e ao colocá-los na cama dirão a mesma frase: que irão amá-los para sempre. Não conheço pais que pensam em trocar os filhos pelos filhos mais comportados do vizinho. Não conheço filho que aceite, de início, a separação dos pais e, quando estes se separam, não sonhe com a reconciliação da família. Nem conheço filho que queira trocar os pais por outros "melhores". Eles aprendem a conviver com os pais que têm".

Os termos destacados são, respectivamente:

a) pronome relativo, conjunção integrante e artigo indefinido.

b) pronome relativo, pronome relativo e artigo indefinido.

c) conjunção integrante, pronome relativo e preposição.

d) pronome relativo, pronome demonstrativo e pronome indefinido.

e) conjunção integrante, conjunção integrante e artigo definido.

Texto II

terça-feira, 22 de junho de 2010

"O Contrato do Casamento"

O email caiu na caixa de entrada com a mesma naturalidade dos mails de cem releases, correntes, mensagens, notícias e problemas diários que caem todos os dias. Confesso que o que me chamou atenção não foi o título do email: O Contrato do Casamento, mas sim, o remetente que me enviou.

Pulei do cabeçalho "Casamento é o compromisso de aprender a resolver as brigas e as rusgas do dia-a-dia de forma construtiva, o que muitos casais não aprendem, e alguns nem tentam aprender" ao rodapé "Ponto de vista: Stephen Kanitz (Revista Veja, Edição 1873. 29 de setembro de 2004".

Fui ao Google me informar melhor sobre quem é Stephen Kanitz. Antes de ler qualquer linha, a fotinha que apareceu me ligou imediatamente o nome a quem é a pessoa. Acho que até hoje, ele publica artigos quinzenais na Veja, geralmente sobre economia. É um cara analítico e cheio de margens percentuais. Não gosto.

(...)

Passei os olhos, comecei a ler. A promessa de "vou sempre amar você" me chamou a atenção. Quem sabe, ali, no meio do texto, o economista não me apresentasse soluções estatísticas sobre o amor. Pois mal. "Banalizamos a frase mais importante do casamento. Hoje, promete-se amar o cônjuge até o dia em que alguém mais interessante apareça", de certo que sim. A independência não nos faz repensar a convivência.

Depois, vem a frase mais sensata do texto:

Nunca temos na vida todas as informações necessárias para tomar as decisões corretas.

(...)

Assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto da vida, é abrir mão do próprio amor. Mas, eu posso estar errada, Stephen Kanitz deve ter hoje 36 anos de casado, dez anos a mais do que eu tenho vida.

Quando se casa por amor, não se deixa de amar o ex nem com a separação. O ex é eterno. Quando se tem filhos, mais eterno ainda. Aliás, nem com alguns filhos, nem com alguns pais, nem com alguns irmãos, a gente é obrigado a conviver bem. E isso não quer dizer que não ame. E isso não tem nada a ver com o amor. Amar por um instante é amar pra sempre. Deixar de amar é uma contradição. Agora, confundir o amor com a obrigação da convivência eterna é tentar assassiná-lo.

Larissa Araújo. Disponível em:

<http://larissaraujo.blogspot.com.br/2010/06/o-contrato-do-casamento.html>

6. Com relação ao texto I, a autora do texto II:

a) concorda em todos os aspectos.

b) concorda em partes, já que acredita que a obrigação da convivência eterna é favorável ao amor.

c) traz novos dados estatísticos que comprovam a veracidade do que foi discutido por Kanitz.

d) opta por não seguir a mesma temática.

e) faz uma apreciação do assunto abordado por Kanitz e pondera sobre abrir mão do próprio amor ao assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto da vida.

7. Há uma relação entre os textos I e II quanto:

a) à oposição temática.

b) ao conteúdo apenas, pois cada um reproduz um tipo textual.

c) à tipologia textual (narrativo) apenas.

d) ao tipo de texto (argumentativo) e quanto ao tema proposto.

e) a aspectos semânticos e estatísticos.

8. Julgue os itens a seguir:

I. No trecho "Assinar um contrato prometendo amor eterno no sentido de convivência pelo resto

da vida, é abrir mão do próprio amor”, temos quatro orações.

II. Em “Agora, confundir o amor com a obrigação da convivência eterna é tentar assassiná-lo”, o termo “lo” refere-se a “amor”.

III. Em “Passei os olhos, comecei a ler.”, a vírgula poderia ser substituída por “e”.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas a I.
- b) apenas a III.
- c) apenas I e II.
- d) apenas I e III.
- e) todas das afirmativas.

9. Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que não apresenta erro de crase.

- a) Referindo-se à todos os médicos de plantão, o paciente foi ríspido.
- b) Compete à médicos verificar os prontuários.
- c) Prestar auxílio à enfermeiras não é dever dos médicos.
- d) Visando à vaga, o enfermeiro fez a denúncia.
- e) À empresa de vigilância é contratada pelo hospital.

10. Com relação às novas regras de acentuação ortográfica, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F)

() a palavra "linguiça" pode receber trema facultativamente.

() a palavra "heroi" deixou de ser acentuada por possuir um ditongo aberto “oi”.

() a palavra "autoestima" passou a ser grafada sem hífen.

() a palavra "microondas" perdeu o uso do hífen.

- a) F – V – V – F
- b) V – F – V – F
- c) F – F – V – F
- d) V – V – V – F
- e) F – F – F – F

Raciocínio Lógico
Prof. Arthur Lima

11. Eduardo pretende realizar a prova do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Para realizar a viagem até a cidade de Recife, ele resolveu poupar dinheiro todo dia, começando em 9 de setembro de 2017. Neste dia ele vai poupar 1 real, colocando este valor em seu cofre. A partir do dia seguinte, Eduardo vai sempre poupar o dobro do dia anterior e guardar no cofre. Desta forma, após 12 dias de poupança, o valor acumulado por ele estará entre:

- a) R\$1.000 e R\$2.000
- b) R\$2.000 e R\$3.000
- c) R\$3.000 e R\$4.000
- d) R\$4.000 e R\$5.000
- e) R\$5.000 e R\$6.000

12. Um grupo de candidatos do Concurso TJPE foi entrevistado a respeito da sua formação acadêmica, e o resultado foi o seguinte: 85 são formados em Nutrição, 52 em Música e 65 em Geografia. Sabe-se ainda que 38 se formaram em Nutrição e Geografia, 20 se formaram em Música e Geografia, e 42 se formaram em Nutrição e Música. Sabe-se ainda que 18 pessoas se formaram nestes três cursos. Se apenas 10 dos candidatos entrevistados não possuem formação em qualquer dos cursos citados anteriormente, então o total de pessoas entrevistadas foi igual a:

- a) 90
- b) 100
- c) 110
- d) 120
- e) 130

13. Os números 2, 3, -6, 5, 18, 7, -54, 11..... apresentam uma sequência lógica. Nessas condições, a soma dos dois próximos termos desta sequência é:

- a) 69
- b) -69
- c) 147
- d) -147

e) 175

14. Se o valor lógico de uma proposição p é falso e o valor lógico de uma proposição q é verdade, então é correto afirmar que o valor lógico de:

- a) p conjunção q é verdade.
- b) p disjunção q é falso.
- c) o condicional entre p e q, nesta ordem, é falso.
- d) o bicondicional entre p e q tem valor lógico verdadeiro.
- e) a negação do condicional entre q e p, nesta ordem, é verdadeiro.

15. Uma conclusão válida para o argumento: "Se estudei no Estratégia, vou competir por uma vaga no concurso. Se vou tirar uma nota ruim, então não vou competir por uma vaga no concurso", é:

- a) Se estudei no Estratégia, não vou tirar uma nota ruim.
- b) Estudei no Estratégia e vou tirar uma nota ruim.
- c) Se vou competir por uma vaga no concurso, vou tirar uma nota ruim.
- d) Ou estudei no Estratégia ou vou tirar uma nota ruim.
- e) Se vou competir por uma vaga no concurso, então estudei no Estratégia.

16. A negação da frase "Se Arthur é professor de Raciocínio Lógico, então Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques não é professor de Processo Civil" é:

- a) Arthur é professor de Raciocínio Lógico, e Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil
- b) Se Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, então Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil.
- c) Se Ricardo Vale não é professor de Direito Constitucional e Ricardo Torques é professor de Processo Civil, então Arthur não é professor de Raciocínio Lógico.

d) Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, e Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques é professor de Processo Civil

e) Arthur não é professor de Raciocínio Lógico, ou Ricardo Vale é professor de Direito Constitucional ou Ricardo Torques não é professor de Processo Civil.

17. O total de múltiplos de 11 compreendidos entre 100 e 1500 é igual a:

- a) 83
- b) 94
- c) 115
- d) 127
- e) 152

Normas Aplicáveis Aos Servidores Públicos
Prof. Tiago Zanolla

18. Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

Segundo o Estatuto dos servidores públicos do estado de Pernambuco – Lei 6.123/1968, não haverá posse na hipótese de

- a) Nomeação
- b) Reversão
- c) Aproveitamento
- d) Promoção
- e) Transferência

19. Assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Lei n.º 6.123/1968, acerca da posse e do exercício.

- a) A posse terá lugar em 30 dias após a ciência do interessado.
- b) A requerimento do interessado o prazo poderá ser prorrogado, por justa causa, por mais 180 (cento e oitenta) dias.
- c) O decurso do prazo para a posse, sem que esta se realize, importa em não aceitação do provimento e em renúncia ao direito de nomeação decorrente do concurso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

d) Em quaisquer hipóteses, o funcionário que não entrar em exercício, no prazo legal, perderá o cargo.

e) Considerando o prazo regular e as prorrogações legais, entre a nomeação e o exercício, poderá ocorrer o interstício de 210 dias.

20. Com base na Lei n.º 6.123/1968, assinale a opção correta.

a) Aproveitamento é o reingresso no serviço Público do funcionário aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

b) Reversão é o retorno do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo público.

c) Reintegração é o reingresso do funcionário no serviço público, sem ressarcimento dos vencimentos e vantagens do cargo, que decorrerá de decisão administrativa ou judiciária por ilegalidades em seu desligamento.

d) Promoção é a elevação do servidor de um cargo para o outro dentro da mesma classe.

e) Transferência é a readaptação para cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, atendida a conveniência do serviço

21. Nos termos da Lei n.º 6.123/68, assinale a opção correta:

a) Quando a falta funcional não se revele evidente ou quando for incerta a autoria será instaurado inquérito administrativo.

b) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não deve exceder 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

c) A sindicância será procedida por dois funcionários designados mediante despacho da autoridade que determinar a sua instauração, devendo ser concluída no prazo de trinta dias.

d) Da sindicância poderá resultar a aplicação da penalidade de repreensão ou de suspensão por até 30 (trinta) dias.

e) Se, nos prazos estabelecidos não for concluído o inquérito, considerar-se-á automaticamente prorrogado o prazo para finalização.

Noções de Sustentabilidade
Prof. Rosenval Júnior

22. "O _____ deverá publicar _____, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, fomentado por informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário."

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as lacunas:

a) CNJ / anualmente

b) STJ / anualmente

c) CNJ / semestralmente

d) STJ / semestralmente

e) CNJ / mensalmente

23. Não é um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):

a) pagador-poluidor.

b) precaução.

c) prevenção.

d) protetor-recebedor.

e) desenvolvimento sustentável.

Noções Sobre Direitos Da Pessoa Com Deficiência
Prof. Ricardo Torques

24. As barreiras são definidas pela Lei nº 13.146/2015 como "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança". A partir desse conceito temos várias classificações de barreiras.

A partir do exposto, assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas abaixo.

1 - barreiras _____: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

2 - barreiras ____: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

3 - barreiras ____: as existentes nos edifícios públicos e privados;

- a) arquitetônicas, atitudinais e urbanísticas
- b) urbanísticas, comportamentais e construtivas
- c) urbanísticas, atitudinais e arquitetônicas
- d) nos transportes, atitudinais e arquitetônicas
- e) urbanísticas, de participação e edificações

25. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, exceto:

- a) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- b) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- c) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- d) isenção de imposto de renda.
- e) tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

Conhecimentos Específicos

Noções de Direito Civil Prof. Aline Santiago e Paulo Guimarães

26. De acordo com a Lei nº. 10.406, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os

- a) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
- b) Os pródigos;
- c) Ébrios habituais e os viciados em tóxico;
- d) Menores de 16 (dezesesseis) anos;
- e) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

27. De acordo com a Lei nº. 10.406, aponte a alternativa INCORRETA:

a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

b) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

c) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio da União é o Distrito Federal;

d) O domicílio das demais pessoas jurídicas, é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

e) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que for prolatada a sentença.

28. De acordo com a Lei nº. 10.406, a validade do negócio jurídico requer:

- a) Agente que tenha entre 16 e 18 anos;
- b) Objeto lícito, possível, indeterminado ou determinável;
- c) Agente capaz;
- d) Forma prescrita ou defesa em lei;
- e) Escritura pública.

29. Aponte a alternativa INCORRETA, de acordo com a Lei nº. 10.406:

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão;
- b) É anulável a renúncia à decadência fixada em lei;
- c) Prescreve em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem;
- d) Prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;
- e) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

30. Aponte a alternativa correta:

- a) A indenização mede-se pela extensão do dano.
- b) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não transmitem-se com a herança.
- c) Não são responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- d) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, mesmo se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- e) O dono, ou detentor, do animal não ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

Noções de Direito Processual Civil
Prof. Ricardo Torques**31. Em relação à capacidade no processo civil, assinale a alternativa correta:**

- a) O incapaz será representado sempre por um curador.
- b) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade postulatória.
- c) O juiz nomeará curador especial ao réu citado por edital ou com hora certa.
- d) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- e) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.

32. Os atos processuais são praticados na sede do juízo. Há entretanto exceções fixadas pelo Código de Processo Civil que viabilizam a prática do ato fora da sede. Entre as hipóteses legais, nas quais se admite praticar ato fora da Justiça, não consta:

- a) interesse da justiça.
- b) conveniência das partes.
- c) deferência.
- d) obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.
- e) natureza do ato.

33. Os atos processuais serão praticados nos prazos prescritos em lei. Contudo, temos situações em que a lei é omissa. Nesses casos, compete ao magistrado fixar o prazo, com base em critérios de razoabilidade. Não obstante, se a lei não fixar o prazo e o juiz não o fizer no concreto, a parte:

- a) quando intimada para comparecer em juízo deverá fazê-lo no prazo de 24 horas e, nos demais casos, deverá praticar o ato processual no prazo de 3 dias.
- b) quando intimada para comparecer em juízo deverá fazê-lo no prazo de 48 horas e, nos demais casos, deverá praticar o ato processual no prazo de 5 dias.
- c) quando intimada para comparecer em juízo deverá fazê-lo no prazo de 5 horas e, nos demais casos, deverá praticar o ato processual no prazo de 10 dias.
- d) deverá sempre praticar o ato processo no prazo de 48 horas, ainda que se trate de determinação para comparecimento.
- e) deverá sempre praticar o ato processo no prazo de 5 dias, ainda que se trate de determinação para comparecimento.

34. No que diz respeito às tutelas antecipadas, caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela, o órgão jurisdicional determinará:

- a) a baixa dos autos ao juízo de origem.
- b) a complementação da petição inicial no prazo de 30 dias.
- c) a emenda da petição inicial em 5 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- d) a emenda da petição inicial em 5 dias, sob pena de revelia.
- e) a extinção do processo sem resolução do mérito.

35. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos pelo Código de Processo Civil ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Se o autor não cumprir a diligência:

- a) o juiz julgará a demanda liminarmente improcedente.
- b) o juiz indeferirá a petição inicial.
- c) o juiz extinguiu a ação com julgamento de mérito.
- d) o juiz designará audiência especial para esclarecimento.
- e) o juiz determinará o prosseguimento da ação, alertando a parte sob o riscos de eventual improcedência.

Noções de Direito Penal
Prof. Renan Araújo

36. Carlos, servidor do TJ-PE, com o intuito de prejudicar Paulo, seu vizinho, por quem nutria ódio mortal, retardou indevidamente o andamento de um processo judicial no qual Paulo era autor, com a finalidade de causar-lhe prejuízo.

Neste caso, Carlos praticou o crime de:

- a) corrupção passiva consumada
- b) corrupção passiva tentada
- c) Condescendência criminosa
- d) Prevaricação
- e) Corrupção passiva privilegiada

37. Aquele que fizer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral, praticará o crime de:

- a) Falso testemunho ou falsa perícia, mas o agente terá sua punibilidade extinta caso se retrate ou declare a verdade antes da sentença, no processo em que ocorreu o ato ilícito.
- b) Denúnciação caluniosa, mas o agente terá sua punibilidade extinta caso se retrate ou declare a verdade antes da sentença, no processo em que ocorreu o ato ilícito.
- c) Falso testemunho ou falsa perícia, mas o agente terá sua punibilidade extinta caso se retrate ou declare a verdade antes do trânsito em julgado da sentença, no processo em que ocorreu o ato ilícito.

d) Denúnciação caluniosa, mas o agente terá sua punibilidade extinta caso se retrate ou declare a verdade antes do trânsito em julgado da sentença, no processo em que ocorreu o ato ilícito.

e) Falso testemunho ou falsa perícia, mas o agente terá sua punibilidade extinta caso se retrate ou declare a verdade antes da sentença, no processo a ser instaurado contra este pelo crime praticado.

38. Aquele que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, atua em:

- a) estado de necessidade, que é causa de exclusão da ilicitude.
- b) legítima defesa, que é causa de exclusão da ilicitude.
- c) estado de necessidade, que é causa de exclusão da culpabilidade.
- d) legítima defesa, que é causa de exclusão da culpabilidade.
- e) inexigibilidade de conduta diversa.

39. De acordo com o que dispõe o Código Penal, são causas que afastam a imputabilidade penal:

- a) A paixão e a emoção
- b) a embriaguez culposa e a embriaguez acidental, caso o agente, no momento da conduta, esteja inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- c) ser o agente menor de 18 anos no momento da conduta e a embriaguez acidental. Neste último caso, só haverá exclusão da imputabilidade se o agente, em razão da embriaguez acidental completa, estava, no momento do crime, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- d) ser o agente menor de 18 anos no momento da conduta e a embriaguez culposa. Neste último caso, só haverá exclusão da imputabilidade se o agente, em razão da embriaguez acidental completa, estava, no momento do crime, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito

do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.

e) a existência de doença mental, caso o agente não seja inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.

40. Ricardo, funcionário público, subtraiu da repartição um notebook pertencente ao órgão público, que estava na posse de Tiago, também funcionário público. Para tanto, Ricardo se valeu das facilidades proporcionadas pelo cargo, para ter livre acesso ao prédio, sem levantar suspeitas. Além disso, beneficiou-se da negligência de Tiago, que deixara a porta da sala aberta, facilitando a prática do delito.

Neste caso:

a) Ricardo e Tiago responderão por furto.

b) Ricardo responderá por peculato-furto e Tiago por peculato culposo, e a reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, extinguirá a punibilidade em relação a ambos.

c) Ricardo responderá por peculato-apropriação e Tiago por peculato culposo, e a reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, extinguirá a punibilidade em relação a ambos.

d) Ricardo responderá por peculato-furto e Tiago por peculato culposo, e a reparação do dano, mesmo depois da sentença irrecorrível, extinguirá a punibilidade em relação a ambos.

e) Ricardo responderá por peculato-furto e Tiago por peculato culposo, e a reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, extinguirá a punibilidade apenas em relação a Tiago.

Noções de Direito Processual Penal
Prof. Renan Araújo

41. Joana foi vítima de um crime de ação penal privada, praticado por Paulo. Todavia, Joana faleceu dois meses após descobrir que o crime havia sido praticado por Paulo. Neste caso:

a) Nada poderá ser feito, em razão da extinção da punibilidade pela morte de Joana.

b) Os sucessores (cônjuge, ascendente, descendente e irmão) de Joana poderão ajuizar a queixa-crime contra Paulo.

c) Os sucessores (cônjuge, ascendente, descendente e irmão) de Joana poderão

representar ao Ministério Público, autorizando o ajuizamento de denúncia contra Paulo.

d) Os sucessores (cônjuge, ascendente e descendente, apenas) de Joana poderão representar ao Ministério Público, autorizando o ajuizamento de denúncia contra Paulo.

e) Os sucessores (cônjuge, ascendente e descendente, apenas) de Joana poderão ajuizar a queixa-crime contra Paulo.

42. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de peculato, que é um crime afiançável praticado por funcionário público contra a administração em geral. Assim, de acordo com o rito especial previsto nos arts. 513 a 518 do CPP, estando a denúncia em devida forma, o Juiz mandará autuá-la e:

a) José será inicialmente citado para responder à acusação, em 10 dias.

b) José será inicialmente notificado para responder por escrito, no prazo de 10 dias.

c) José será inicialmente notificado para responder por escrito, no prazo de 15 dias.

d) José será inicialmente citado para responder à acusação, em 15 dias.

e) José será inicialmente citado para comparecer à audiência de instrução e julgamento, que deve ser realizada em até 90 dias.

43. "A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência". Esta previsão, contida no art. 573, §1º do CPP, estabelece o princípio do(a):

a) conservação

b) causalidade

c) *pas de nullité sans grief*

d) prejuízo

e) obrigatoriedade

44. De acordo com o que prevê o Código de Processo Penal, no que toca às causas de suspeição e impedimento, pode-se afirmar que NÃO é causa de impedimento do Juiz:

a) Ser o juiz inimigo capital do acusado.

b) Ter, a esposa do Juiz, atuado como delegada na fase pré-processual.

c) Ter o Juiz atuado no mesmo caso, anteriormente, como Juiz de outra instância, pronunciando-se de fato ou de direito sobre a questão.

d) Ter o Juiz funcionado como autoridade policial, anteriormente, no mesmo caso.

e) Ser a mãe do Juiz parte no processo.

45. Tiago foi vítima de um crime de ação penal privada, praticado por Luciano e Marcelo. Tiago, todavia, é amigo de Marcelo, e não quer prejudicar o amigo, mas pretende processar Luciano.

Neste caso:

a) Tiago poderá ajuizar a queixa-crime apenas em face de Luciano.

b) Tiago não poderá ajuizar a queixa-crime apenas em face de Luciano, pelo princípio da disponibilidade.

c) Tiago não poderá ajuizar a queixa-crime apenas em face de Luciano, pelo princípio da oportunidade.

d) Tiago não poderá ajuizar a queixa-crime apenas em face de Luciano, pelo princípio da indivisibilidade.

e) Tiago não poderá ajuizar a queixa-crime apenas em face de Luciano, pelo princípio da obrigatoriedade.

Sistema Processo Judicial Eletrônico
Prof. Ricardo Torques

46. Em relação à comunicação eletrônica dos atos processuais, segundo a Lei nº 11.419/2006, assinale a alternativa correta.

a) Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

b) A publicação eletrônica por intermédio do Diário de Justiça Eletrônico não substitui qualquer outro meio oficial de publicação.

c) Admite-se a utilização do Diário de Justiça Eletrônico para casos em que a lei exige intimação ou vista pessoal.

d) Considera-se como data da publicação o segundo dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico

e) Considera-se como data da publicação o próprio dia de disponibilização independentemente de ser dia útil.

47. Quando o ato processual for praticado por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os atos efetivados até as:

a) 18 horas do último dia do prazo.

b) 20 horas do último dia do prazo.

c) 22 horas do último dia do prazo.

d) 24 horas do último dia do prazo.

e) 23h59min do último dia do prazo.

48. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio do Tribunal de Justiça do Estado de, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico. Para tanto a informação será disponibilizada e será considerada realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização. Caso a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

À luz do exposto e considerando a Lei nº 11.419/2006, assinale o prazo que a parte dispõe para efetivar a consulta à informação eletrônica:

a) A consulta deve ser feita em até 24 horas contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

b) A consulta deve ser feita em até 10 dias úteis da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

c) A consulta deve ser feita em até 5 dias úteis da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

d) A consulta deve ser feita em até 5 dias corridos da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

e) A consulta deve ser feita em até 10 dias corridos da data do envio da intimação, sob pena

de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

49. Considerando o disposto na Resolução CNJ 185/2013, preencha a lacuna abaixo:

O PJe estará disponível _____, _____, ressalvados os períodos de manutenção do sistema.

a) "24 horas por dia" e "ininterruptamente", respectivamente

b) "8 horas em horário fixado pela Portaria da Presidência do Tribunal"; e "em dias úteis", respectivamente

c) "8 horas em horário fixado pela Portaria da Presidência do Tribunal"; e "com exceção de sábados e domingos", respectivamente

d) "24 horas por dia"; e "com exceção de sábados, domingos, feriados e dias sem expediente forense", respectivamente

e) "8 horas em horário fixado pela Portaria da Presidência do Tribunal"; e "com exceção de sábados, domingos, feriados e dias sem expediente forense", respectivamente

50. Segundo a Resolução CNJ 185/2009, o PJe compreenderá o controle do sistema judicial nos seguintes aspectos, exceto:

a) a padronização de todos os dados e informações compreendidas pelo processo judicial.

b) o fornecimento de dados essenciais à gestão das informações necessárias aos diversos órgãos de supervisão, controle e uso do sistema judiciário.

c) o controle da tramitação do processo

d) apenas o registro dos atos processuais, não sendo admitido o uso do sistema para publicidade.

e) produção de atos processuais.

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

CARTÃO DE RESPOSTAS

INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as resposta neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção da sua prova objetiva. Não amasse, não dobre, nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e (ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do ranking geral do Simulado Gratuito TJ-PE até às 13h30.
- O formulário pode ser acessado no blog do **Estratégia Concursos**.

FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÃO / RESPOSTA					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E

QUESTÃO / RESPOSTA					
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E